

O PIB e o mercado de trabalho informal no Brasil

GDP and the informal labor in Brazil

NIENOW, Matheus¹
MASSUQUETTI, Angélica²

RESUMO

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador de crescimento econômico do sistema de mercado capitalista. É composto pela agregação de diversas atividades econômicas. Da mesma forma, diversas atividades são excluídas do cálculo do indicador. O indicador é utilizado como referência para a execução de políticas públicas, mas não há clareza do que realmente representa. O mercado de trabalho informal é parcialmente excluído. No entanto, este segmento representa parte significativa da economia brasileira.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, PIB, Trabalho Informal.

ABSTRACT

The Gross Domestic Product (GDP) is an indicator of economic growth of the capitalist market. Several economic activities mold this indicator. Likewise, many other activities do not count to the estimation. The indicator is used as a reference to the public policies, but there is no certainty about his true meanings. The informal labor market is partly excluded. However, this segment stands for a considerable share of Brazilian economy.

Keywords: Economic Growth, GDP, Informal Labor.

JEL: E01 - Medição e dados sobre renda nacional e contas de produto e riqueza.

Eixo temático: 2 - Macroeconomia e Economia Internacional.

¹ Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Contato: angelicam@unisinobr.

² Doutora em Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Contato: mathznienow@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Mensurar atividades cotidianas da sociedade através de números é prática constante. O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que representa a soma dos serviços e bens transacionados em uma economia durante determinado período de tempo, em sua concepção mais recorrente.

Este indicador é utilizado como referência para o tratamento de políticas públicas macroeconômicas. No entanto, tal indicador possui limitações que, por vezes, impossibilitam seu uso em determinados cenários. Diversos autores pontuam as insuficiências deste indicador como mensurador de crescimento econômico.

Criado após a Segunda Guerra Mundial, o PIB foi instituído a fim de mensurar a atividade econômica capitalista. Instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estiveram comprometidas com o seu desenvolvimento. Em suma, é um agregado das transações monetárias e/ou diretas realizadas em uma economia.

No entanto, desde sua concepção algumas variáveis foram omitidas do agregado, parcial ou integralmente. Algumas destas omissões ocorrem no setor de serviços, na atividade financeira e nos serviços públicos. A degradação ambiental também não é contabilizada no indicador, assim como parte significativa dos trabalhadores informais.

Para Coyle (2015), o indicador é uma instituição ideológica, que, em sua criação, optou por agregar determinadas variáveis e excluir outras. Além disso, é pouco eficiente para a economia moderna, na qual há inovação rápida e intangível. Segundo a autora, setores relacionados à dimensão digital não são eficientemente abordados pelo agregado do PIB.

Rifkin (2016) aponta que o indicador é limitado, já que está atrelado ao sistema capitalista de mercado, o qual tem sido transformado. O compartilhamento de bens, o mercado de vendas secundário e a gratuidade de diversos bens são instrumentos que enfraquecem o PIB como mensurador da atividade econômica.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pelo cálculo do indicador. Para mensurá-lo, utiliza diversos estudos e pesquisas realizados pela própria instituição e por outras repartições governamentais.

Assim, as informações contidas no indicador estão limitadas aos resultados das pesquisas e estudos. Algumas atividades econômicas não são bem mensuradas por estas publicações, inclusive o mercado de trabalho informal.

Em 2014, o Brasil possuía aproximadamente 50 milhões de trabalhadores informais. Destes, 27 milhões no setor de serviços, cuja obtenção de dados é mais difícil. (BRASIL, 2016).

O mercado de trabalho informal corresponde a significativa parte dos trabalhadores brasileiros. Para mensurá-lo, pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) são realizadas. No entanto, estas pesquisas possuem dados amostrais e excluem parte das atividades econômicas.

Assim, objetiva-se mensurar o impacto da não contabilização de parte dos trabalhadores informais na economia. A invisibilidade deste setor acarreta em políticas públicas não redirecionadas ao mesmo. Além disso, o PIB torna-se não mais que uma miragem como indicador econômico e restrito a economia de mercado capitalista.

Para alcançar tal objetivo, o trabalho divide-se em 4 partes, incluindo esta introdução. Após isto, relata-se o método utilizado para este estudo. A terceira parte compreende o desenvolvimento, sinalizando os limites do PIB enquanto indicador econômico para as atividades do mercado de trabalho informal. Por fim, a conclusão destaca os principais resultados da pesquisa.

MÉTODO

O PIB é um indicador de mensuração econômica e calculado em diversos territórios, sob coordenação de instituições internacionais. Compreender as limitações do indicador é fundamental para o seu uso adequado, enquanto indicador de crescimento econômico.

Para tal, utilizam-se os referenciais do System of National Accounts (SNA) 2008, publicado, em conjunto, por diversas organizações como Banco Mundial (BM), FMI, ONU e OCDE. Esta referência apresenta as recentes adequações que são orientadas para realizar o cálculo do PIB. Além disso, discute as limitações acerca do indicador.

O trabalho busca a aproximação com a realidade do indicador no território brasileiro. Assim, o Sistema de Contas Nacionais (SCN), publicado pelo IBGE, é referencial para compreender as variáveis inseridas no indicador a nível nacional. Para além disso, o SCN é utilizado como referencial para a apresentação de pesquisas, estudos e dados mais propriamente ditos.

Junto a estes, compreende-se a importância da utilização das abordagens sobre as insuficiências do indicador a partir de pesquisadores internacionais. Entre estes, destacam-se Coyle (2015), Rifkin (2016) e Fioramonti (2017).

Desta forma, busca-se traçar um linear entre as orientações de cálculo das organizações internacionais a partir do SNA, a metodologia de cálculo do PIB no Brasil a partir do SCN, e as recentes discussões sobre as limitações do indicador. Com estes resultados, são possibilitadas discussões acerca das limitações do indicador e de seu uso enquanto indicador econômico no país.

DESENVOLVIMENTO

O mercado de trabalho informal envolve diversas atividades que não estão inseridas no PIB, parcial ou integralmente. O trabalho doméstico, o trabalho voluntário, o trabalho para consumo próprio como a agricultura de subsistência são alguns exemplos. Conforme BM (2009, p. 472, tradução nossa)³, o tamanho e a significância da produção por estabelecimentos informais de trabalho dependem de:

[...] estruturas sociais, regulações das economias local e nacional, e esforços de um determinado país. O nível de interesse político varia de país para país dependendo do tipo de atividade e da magnitude da mesma. O tamanho, processo de registro e outras características das unidades de produção envolvidas são variáveis chaves para determinar o fortalecimento ou não de determinados modos de produção ou aumentar o espaço da economia formal a partir do reconhecimento de unidades operando sobre os limites anteriores.

Os trabalhadores informais são parte significativa do grupo de trabalhadores, em especial em países em desenvolvimento. A informalidade possui dados mais escassos e maior dificuldade em mensurá-los. (FIORAMONTI, 2013).

Conforme estudos, a economia informal contribuiu com 44% do crescimento em países em desenvolvimento, 30% em países em transição e 16% nos países da OCDE em 2002. Desta forma, o PIB é um indicador que pouco contribui para mensurar a economia de países em desenvolvimento, já que parte significativa do mercado informal de trabalho não está computado no indicador. (FIORAMONTI, 2013).

No Brasil, os trabalhadores informais representam 47,1%. A tabela 1 apresenta o percentual de trabalhadores informais segundo setores econômicos em 2014.

³ “[...] social structures, national and local economic regulations, and enforcement efforts of a given country. The level of policy interest varies from country to country depending on the type of activity and magnitude of it. The size, registration and other characteristics of the production units involved are key variables in determining whether to encourage or discourage certain modes of production or enlarge the scope of the formal economy by recognizing units operating below previous thresholds.”

Tabela 1 – Trabalhadores informais segundo setores no Brasil – 2014

Setor	Com vínculo formal ⁴		Sem vínculo formal ⁵	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	55.812.123	52,9	49.660.555	47,1
Agropecuária	1.746.453	12,3	12.423.295	87,7
Indústria	11.843.361	53,7	10.208.441	46,3
Serviços	42.222.309	61,0	27.028.819	39,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2016).

A agropecuária apresenta o maior percentual de trabalhadores sem vínculo formal; 87,7%. Ainda assim, o número absoluto de trabalhadores sem vínculo formal é de 12 milhões, ou seja, inferior ao do setor de serviços, no qual aproximadamente 27 milhões de pessoas não possuem vínculo formal de trabalho.

No setor de serviços, 61% das ocupações apresentam vínculo formal, sendo o setor com o maior percentual de trabalhadores formais. A indústria apresenta 53,7% de suas ocupações com vínculo formal de trabalho. No entanto, a construção civil, atividade econômica agregada à indústria, possui 67,8% dos trabalhadores sem vínculo formal.

No Brasil, há a ocorrência da ECINF. Esta pesquisa tem por objetivo mensurar a dimensão do setor informal na economia brasileira. É realizada a partir de amostra de domicílios em áreas urbanas, sendo um de seus objetivos a ampliação das informações para a corroboração do SCN. A sua última realização deu-se em 2003. (BRASIL, 2006).

A pesquisa delimita o setor informal a partir de unidades de produção e não de indivíduos. Além disso, exclui as unidades que tem por objetivo a produção para consumo próprio. A publicação Brasil (2016, p. 11) delimita o escopo da pesquisa da seguinte forma:

[...] pertencem ao setor informal, todas as unidades econômicas que desenvolvem atividades não-agrícolas, de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

⁴ Ocupação com vínculo formal: ocupações com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares e empregadores de empresas formalmente constituídas.

⁵ As ocupações sem vínculo formal representam a soma das ocupações sem carteira e autônomas. Ocupação sem carteira: ocupações sem carteira de trabalho assinada e Ocupação autônoma: ocupações por conta própria, empregadores de unidades informais e trabalho não remunerado.

Pessoas em situação de rua também são excluídas da pesquisa junto à população não-urbana. No país, em outubro de 2003, foram constatadas 13.860.868 pessoas vinculadas a estabelecimentos informais, o que corresponde a aproximadamente 7,84% da população geral na época, considerando as populações economicamente ativa (PEA) e não ativas, que fora estimada em 176.871.437 habitantes em 2003. As atividades econômicas com maior presença na economia informal eram comércio e reparação, construção civil e indústria de transformação e extrativa. (BRASIL, 2005).

No Brasil, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) reúne os dados do mercado formal de trabalho. Nele, constam informações mensais sobre o número de admitidos e desligados, além de suas remunerações e características como faixa etária, sexo e escolaridade sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estas informações são coletadas junto aos estabelecimentos formais de trabalho e de responsabilidade dos mesmos a partir da Lei 4.923⁶ de 23/12/1965, a partir de registros administrativos que devem ser enviados mensalmente. (AGUAS, 2010).

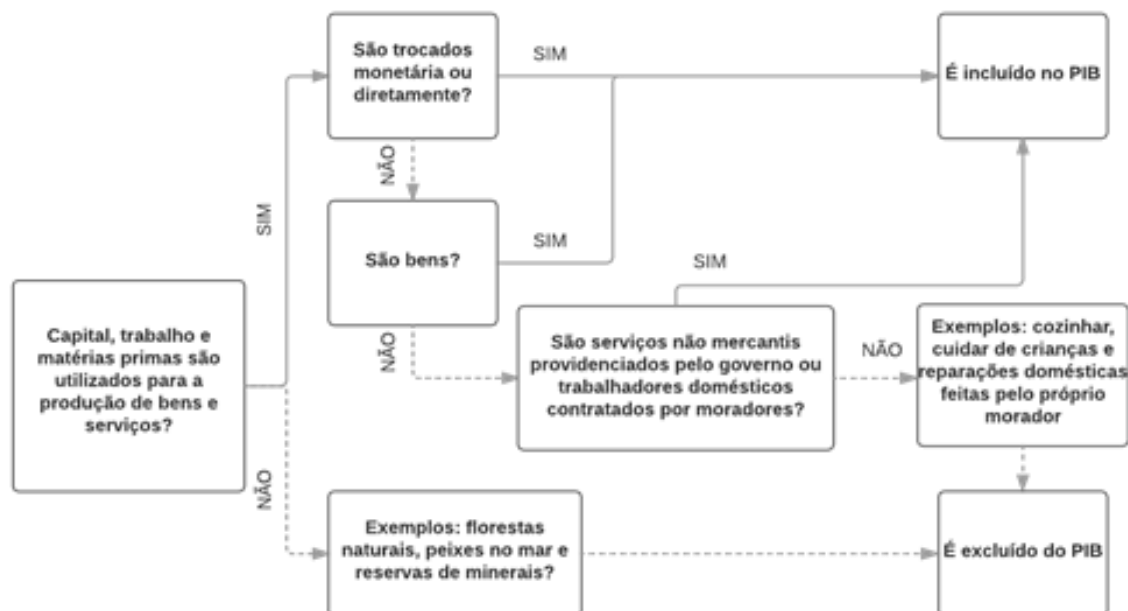
O mercado de trabalho informal não possui tal ferramenta. As informações são coletadas a partir de pesquisas como a ECINF, que disponibilizam dados conforme a tabela 3. Esta pesquisa não possui legislação que ordene sua execução. Esta é uma das limitações do mercado informal de trabalho frente ao formal.

Além disso, o mercado informal de trabalho é de difícil mensuração porque muitas atividades podem ser repentinas e sem recorrência. Quando um trabalhador limpa as janelas de seu vizinho e recebe monetariamente por isto, ocorrem transações na economia. No entanto, estas transações podem não ser captadas por não constarem nos dados do mercado formal de trabalho e nas pesquisas do mercado informal. (BLADES, 2014).

A mensuração da produção para próprio consumo também é negligenciada pelo indicador, parcial ou integralmente. De forma geral, a figura 2 apresenta a forma como o SNA avalia se o produto deve ou não ser incorporado ao PIB. (BLADES, 2014).

⁶ No artigo 1º, esta lei institui, em caráter permanente, a partir do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), o registro das admissões e dispensas de empregados nas empresas abrangidas pelo sistema da CLT.

Figura 2 – Como funciona a decisão de inclusão ou exclusão de bens e serviços do PIB



Fonte: Elaboração pelos autores a partir de Blades (2014)

Conforme a figura 2, o capital, trabalho e matérias primas que são usados para a produção de bens e serviços e que são transacionados na economia, através de trocas financeiras ou diretas, devem ser incluídos no indicador. Por outro lado, os fatores que não são utilizados para trocas financeiras ou diretas, não devem ser adicionados ao agregado. (BLADES, 2014).

Desta forma, o PIB tende a não contemplar atividades de voluntariado ou de compartilhamento de bens, por exemplo. No entanto, tais atividades têm crescido na economia e a sua ausência pode tornar o indicador cada vez mais irreal. (RIFKIN, 2016).

O trabalho doméstico ainda é parcialmente agregado ao PIB, isto é, quando há remuneração. No entanto, os serviços de casa que são feitos para próprio uso não são adicionados ao agregado. Discute-se que se estas atividades fossem adicionadas ao PIB desde seu surgimento, o crescimento do indicador não seria tão impactante. Isto é posto, já que certo aumento da produção decorre da transição de trabalhadores domésticos, em especial mulheres, para a indústria e outros setores admitidos pela mensuração do PIB. (BM, 2009).

Conforme pesquisas nos EUA, o incremento do trabalho doméstico⁷ aumentaria o PIB em 25,7% em 2010. Em 1965, o aumento seria ainda maior; 39%. Apesar do indicador ainda ser significativo, há redução do impacto no PIB devido a transição de trabalhadores domésticos para o mercado de trabalho, seja como trabalhadores domésticos ou a partir de outra profissão. (BRIDGMAN, 2012).

O trabalho doméstico não-remunerado é excluído das contas nacionais do SNA 2008. No entanto, há discussões a respeito de seu incremento. A metodologia para adicionar estas atividades está em discussão, inclusive a questão de multitarefas. Desta forma, uma pessoa que está cuidando de uma criança e cozinhando ao mesmo tempo, poderia ter somadas as duas atividades ou apenas uma ao valor agregado por si à economia. (BM, 2009).

Outra limitação desta atividade é a semelhança entre trabalho e lazer, isto é, em certas atividades a diferenciação entre a ação como sendo de trabalho ou de lazer pode ser inexistente. O SNA 2008 (p. 600, tradução nossa)⁸ apresenta este questionamento da seguinte forma:

Há uma questão sobre os limites com o lazer. Algumas pessoas podem caracterizar jardinar como um trabalho e outras como uma atividade de lazer. Da mesma forma, se cuidar de crianças por tempo integral conta como atividade doméstica, o tempo que avôs passam com seus netos também conta como serviços domésticos ou como uma atividade de lazer?

Questiona-se, no entanto, que atividades econômicas podem ser simultaneamente atividades de lazer. Um trabalhador formal pode enxergar o seu trabalho das duas formas, como trabalho econômico e como lazer. (COYLE, 2015).

O trabalho doméstico pode ter atividades tão diversas como cuidar da casa, cozinhar, jardinar, fazer compras, cuidar de crianças, deslocamento doméstico e outros trabalhos diversos. Além disso, atividades como trabalho informal pago, lazer e atividades voluntárias também podem ser entendidas como trabalho doméstico. (BRIDGMAN, 2016).

⁷ Para tal, a pesquisa utiliza-se de sete atividades para mensurar o trabalho doméstico: cuidar da casa, cozinhar, jardinar, fazer compras, cuidar de crianças, deslocamento doméstico e outros trabalhos diversos. (BRIDGMAN, 2012).

⁸ “There is a question about the borderline with leisure. Some people would regard gardening as a chore; others may see it as a leisure activity. While looking after children on a fulltime basis clearly counts as a household service, does the amount of time grandparents spend with their grandchildren necessarily count as household services or is this a leisure activity?”

Outra limitação dá-se em relação ao trabalho voluntário. Esta atividade destaca-se por sua representatividade nas economias mundiais. Estima-se que o número de voluntários no planeta já seja de 971 milhões, quando considerados apenas as pessoas com 15 anos ou mais, em 2005. Na América do Sul, estima-se a presença de aproximadamente 56 milhões de voluntários. (HADDOCK, 2011).

No mundo, estima-se que os trabalhadores voluntários tenham gerado 1,348 trilhões de dólares. Se comparados aos países, representariam a sétima maior economia do mundo. Na América do Sul, o valor gerado chegaria a 24,2 bilhões de dólares. (HADDOCK, 2011).

Em 2005, o PIB brasileiro chegou a 891 bilhões de dólares, enquanto o indicador da América do Sul já chegara a 1,661 trilhões, conforme o Banco Mundial. Desta forma, caso totalmente não computado, o incremento do valor gerado pelo voluntariado aumentaria o PIB em aproximadamente 1,46% neste ano na América do Sul.

O SNA 2008 diversifica o trabalho voluntário, isto é, pontua algumas atividades voluntárias como passíveis de serem agregadas ao PIB e outras não. Um técnico de futebol para crianças, sem infraestrutura e sem remuneração, não é computado como empregado, mas como uma atividade de lazer desta pessoa. Desta forma, o PIB não computa esta atividade específica. (BM, 2009).

Por outro lado, o trabalho de voluntários em uma construção de uma escola é visto como emprego e pode ser computado ao PIB. A agregação desta atividade pode ocorrer de diferentes maneiras. O valor agregado pela construção da escola pode ser baseado em empreendimentos privados semelhantes, o que computa o salário dos trabalhadores voluntários, mesmo que fictício, ou simplesmente no custo da matéria-prima para construção, o que não insere o salário destes trabalhadores como custo. (BM, 2009).

Conforme a ECINF, realizada em 2003, 5% dos trabalhadores da economia informal eram não-remunerados. Isto contabiliza aproximadamente 693 mil trabalhadores. (BRASIL, 2005).

Já o mercado ilegal, como o comércio de narcóticos em alguns países, deve ser tratado nas contas nacionais da mesma forma que o mercado legal. Se estes dados não forem computados, estimar-se-ia a poupança em maior intensidade do que realmente representa. A estimação destas transações pode ser difícil, mas mesmo assim deve ser incluída a fim de evitar distorções em outras contas da economia. (BM, 2009).

Ainda assim, a publicação SNA 2008 afirma que algumas ações ilegais não podem ser entendidas como transações, uma vez que são crimes contra pessoas ou propriedades. O furto ou roubo de bens de moradores, por exemplo, não deve ser considerado como transação e os

valores estimados para tal não devem ser adicionados às despesas dos moradores. (BM, 2009).

Estes acontecimentos podem ser incluídos nas contas nacionais através da categoria outros fluxos, mas não do consumo das pessoas ou do governo. Atos de violência, inclusive guerra, devem ser tratados da mesma forma. (BM, 2009).

O SNA 2008 ainda pondera o que pode ser entendido por economia ilegal. A produção de bens que não respeita determinados padrões ditos de segurança, saúde e outras legislações pode ser compreendida como não legal. Atividades com evasão de taxas podem ser interpretadas do mesmo modo. A ilegalidade destas atividades não deve impedi-las de serem contabilizadas no agregado. (BM, 2009).

Há dois espaços típicos da economia ilícita. Os produtos e serviços, cuja venda, distribuição ou posse são proibidos por lei como a prostituição e o contrabando de bens e pessoas no Brasil; e as atividades produtivas que não são tradicionalmente ilegais, mas que não são permitidas quando feitas por determinados indivíduos, como a prática de medicamentos não licenciados. (BM, 2009).

A falha em não mensurar atividades ilegais pode levar o PIB a erros significantes. Desta forma, a inserção destas atividades é impactante para a melhor apuração do indicador. Ainda assim, atividades como roubos recorrentes de produtos de estoques não estão incluídos no valor final produzido. No entanto, é possível considerar que a margem entre o custo de produção e o preço de venda dos produtos tenha inserido o valor que foi furtado. Ainda que muitas das atividades ilegais não são captadas por pesquisas e estudos, que servem de subsídio ao PIB, há também algumas atividades que podem estar inseridas no cenário, de forma indireta. (BM, 2009).

Para além do mercado informal de trabalho, outras variáveis também comprometem a utilização do PIB enquanto indicador econômico. O crescimento do setor de serviços, que aumentou sua participação de 66 para 73% de 2005 a 2015 é um fator. Este setor tem maior dificuldade para ser mensurado. (BM, [2017?]).

O sistema financeiro também tem aumentado sua participação na composição do PIB. A forma como a produção financeira é medida também é ponto de discussão já que um aumento da tomada de risco é calculado como um aumento real no setor de serviços, isto é, um aumento da economia. (COYLE, 2015).

A recente diversidade e inovação de produtos também dificulta a mensuração do agregado. Produtos que possuem maior tecnologia embutida podem ter o mesmo preço de mercado de produtos antecessores em anos anteriores. Apesar do uso de alguns instrumentos,

como os preços hedônicos (no caso da inovação tecnológica), estas variáveis estão comprometidas no cálculo do PIB. (COYLE, 2015).

Junto a inovação de produtos, também surge a Internet das Coisas, que se apoia na generalização de custos marginais próximos a zero, isto é, alguns produtos tornam-se tão baratos a ponto de serem disponibilizados quase que de graça. O custo direto de uma chamada via Whatsapp é zero para o cliente, enquanto as ligações telefônicas algumas décadas atrás tinham preços significativos. Setores digitais e da energia tiveram impactos consideráveis na redução de preços, com a aproximação de seus preços de custos marginais próximos a zero. (RIFKIN, 2016).

A degradação ambiental também é negligenciada no cálculo do PIB. A perda de biodiversidade, o aumento da poluição e outros efeitos na biosfera são consequências do modelo de crescimento econômico imposto. (COYLE, 2015).

Para Fioramonti (2017), construiu-se uma ideia em que a economia está separada da natureza, isto é, a última é apenas um recurso para a produção da primeira, sem efeitos econômicos externos. Desta forma, a maior parte dos recursos naturais extraídos da natureza não são subtraídos do cálculo do PIB. Este impacto é tão significativo que, segundo o autor, diversas atividades, como a pecuária e a mineração, não seriam sustentáveis financeiramente se tivessem que restituir a degradação ambiental que causam.

Desta forma, há diversas variáveis que são omitidas do agregado e estas mudariam radicalmente seu resultado final. A manutenção do PIB como indicador econômico é cada vez mais questionável com o crescimento do setor de serviços, a rápida inovação e diversidade de bens e serviços, o barateamento de bens a ponto de possuírem custos marginais próximos de zero, o crescente debate acerca da biosfera e as diversas atividades de trabalho informais e ilegais.

O mercado de trabalho informal torna-se apenas uma das variáveis omissas pelo indicador. Ainda assim, pode ser responsável pelo crescimento de aproximadamente 30% da economia brasileira, se considerado o país como um território em transição econômica. Parte desta economia está parcial ou integralmente excluída do PIB.

CONCLUSÃO

47,1% dos trabalhadores brasileiros estão envolvidos com atividades do mercado de trabalho informal. Assim, destaca-se a relevância destes trabalhadores na economia nacional, visto que a economia informal corresponde a 30% do crescimento em países em transição (meio termo entre em desenvolvimento e desenvolvidos/países da OCDE).

A maior parte dos trabalhadores informais concentra-se no setor de serviços. Ainda assim, a agricultura tem o maior percentual de trabalhadores informais. Desta forma, estas duas atividades são relevantes para a informalidade e são submensuradas no agregado.

A informalidade, seja através de trabalho doméstico, trabalho voluntário, trabalho para consumo próprio, não consta no agregado do PIB. Este indicador é utilizado como referência para a tomada de ação de políticas públicas. A não compreensão destas variáveis limita o PIB enquanto agregado de crescimento econômico, já que toma apenas uma parte da economia, cada vez menos representativa, para seu cálculo.

O mercado informal de trabalho não possui instrumentos de análise da sua realidade como o CAGED e a RAIS são para o mercado formal de trabalho. A ECINF não é uma pesquisa recorrente e não contempla muitas das atividades informais, assim como é limitada geograficamente. Com isto, revela-se a não existência de indicadores que compreendam o mercado informal de trabalho, da mesma forma que há para o setor formal.

Os dados apresentados indicam uma representatividade significativa do mercado informal de trabalho e de atividades que não constam no agregado do PIB. O SNA 2008 compreende algumas destas limitações como as atividades ilegais, mas não contempla, em sua totalidade, atividades de voluntariado e trabalho doméstico.

Estas insuficiências do indicador tornam-o questionável. Autores como Coyle (2015) e Rifkin (2016) afirmam que o PIB é um agregado do mercado capitalista, isto é, um conjunto das transações de mercado feitas na economia. Ainda assim, a concepção sobre o PIB, é de que este é um agregado dos bens e serviços produzidos na economia, o que se opõe à realidade. A legitimidade do PIB enquanto indicador de mensuração do crescimento econômico no novo cenário econômico é incerta.

REFERÊNCIAS

AGUAS, Marina; CORSEUIL, Carlos Henrique L.; RAMOS, Lauro. **Uma análise das diferenças entre as estatísticas do mercado de trabalho sobre a variação da ocupação formal metropolitana – PME e CAGED**. Mercado de trabalho, 43, mai. 2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4012/1/bmt43_nt03_Umaanalise.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2017.

BLADES, Derek; LEQUILLER, François. **Understanding national accounts**. OECD Publishing, 2014, ed 2. Disponível em: <<https://www.oecd.org/std/UNA-2014.pdf>>. Acesso em: 10 Set. 2017

BM. et al. **System of National Accounts 2008**. New York, 2009. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>>. Acesso em: 19 Ago. 2017.

BRASIL. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Versão 2.0. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36932.pdf>>. Acesso em: 12 Set. 2017.

BRASIL. **Economia informal urbana**. IBGE, 2005. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro: Brasil. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6150.pdf>>. Acesso em: 08 Set. 2017.

BRASIL. **Economia informal urbana**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Série Relatórios Metodológicos, v. 35. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv29357.pdf>>. Acesso em 15 Jun. 2017.

BRASIL. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009**: despesas, rendimentos e condições de vida. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf>>. Acesso em: 10 Set. 2017.

BRASIL. **Sistema de contas nacionais**: 2010-2014 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 90p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813; n. 52). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98781.pdf>>. Acesso em: 19 Ago. 2017.

BRASIL. **Sistema de Contas Nacionais**: Brasil / IBGE, Coordenação De Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 153p. - (Relatórios metodológicos, ISSN 1415-9813; v. 24). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3942.pdf>>. Acesso em: 24 Jun. 2017.

BRIDGMAN, Benjamin. Accounting for Household Production in the National Accounts: An Update, 1965–2014. **Survey of Current Business**. February 2016. Disponível em: <https://www.bea.gov/scb/pdf/2016/2%20February/0216_accounting_for_household_production_in_the_national_accounts.pdf>. Acesso em: 11 Set. 2017.

BRIDGMAN, Benjamin. et al. Accounting for Household Production in the National Accounts, 1965–2010. **Survey of Current Business**. May, 2012. Disponível em: <https://www.bea.gov/scb/pdf/2012/05%20May/0512_household.pdf>. Acesso em: 11 Set. 2017.

COYLE, Diane. **GDP: A Brief But Affectionate History**. Princeton University Press. Londres, 2015.

FIORAMONTI, Lorenzo. **Gross Domestic Problem**: the politics behind the world’s most powerful number. Zed Books, London, UK, January, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/278327972_Gross_Domestic_Problem_The_Politics_Behind_the_World%27s_Most_Powerful_Number>. Acesso em: 11 Set. 2017.

FIORAMONTI, Lorenzo. **The world after GDP**: politics, business and society in the post growth era. Malden, MA: Polity, 2017.

HADDOCK, Megan A.; SALAMON, Lester M.; SOKOLOWSKI, S. Wojciech. Measuring the economic value of volunteer work globally: concepts, estimates, and a roadmap to the future. **Annals of Public and Cooperative Economics**. Vol 82, n.3. Setembro de 2011. Disponível em: <<http://ccss.jhu.edu/wp-content/uploads/downloads/2011/10/Annals-Septmeber-2011.pdf>>. Acesso em: 28 Jul. 2017.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**. São Paulo: M. Books, 2016.

BM. The World Bank. [2017?]. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 02 Out. 2017.